

A coisificação da mulher e o estupro

Em “A Vida Nunca Mais Será a Mesma: Cultura da violência e estupro no Brasil”, Adriana Negreiros evidencia estrutura que aprisiona a vítima numa narrativa de culpa

Tatiana Salem Levy

Valor, 26/11/2021

Estou aqui tentando me recuperar da leitura de “A Vida Nunca Mais Será a Mesma: Cultura da violência e estupro no Brasil” (Objetiva), livro de Adriana Negreiros. Achei que eu fosse sentar e escrever, movida pela fúria que o livro me despertou - dessas fúrias que nos dão logo vontade de gritar, agir, sacudir o mundo para que as coisas se ajeitem. Mas o incômodo foi tomando conta do meu próprio corpo, um enjoo, um desânimo: será possível tanta violência?

O livro de Adriana tem algumas camadas. Parte de uma história pessoal: em 24 de maio de 2003, aos 28 anos, Adriana foi abordada, no próprio carro, um Renault Clio 2000, no estacionamento do Shopping Eldorado, em São Paulo, por um rapaz de cerca de 25 anos. O que, a princípio, parecia um sequestro relâmpago, logo se demonstrou uma experiência traumática. O rapaz não estava interessado no dinheiro, nem no carro, nem nas compras de Adriana. Ele queria possuir seu corpo. Era um estupro.

No fim dos anos 70, na segunda onda do feminismo “mainstream”, o estupro, que havia ficado em segundo plano na primeira, se tornou central na vanguarda estadunidense. Foi, então, que “as mulheres que experimentaram tal forma de violência” passaram do estado “de vítimas para o de sobreviventes”. “A Vida Nunca Mais Será a Mesma” é o livro de uma sobrevivente sobre como se vive depois de um estupro; mas é também um livro sobre outras sobreviventes que ela entrevistou e mulheres vítimas de violências sexuais que se tornaram conhecidas por todos através da mídia; e ainda uma trajetória sobre as leis no Brasil e o feminismo no mundo.

As várias camadas são muito bem costuradas, vão se alternando, se reforçando, fazendo com que a singularidade de cada história ganhe um aspecto coletivo assustador. O individual nos comove, às vezes nos faz chorar, nos aproxima de cada personagem, de cada mulher: Adriana, Gisele, Naima, Liana, Tatu, Elisa, Lidiany... O coletivo nos revolta, nos aterroriza: não é possível, ou melhor, não é aceitável que a violência sexual contra a mulher seja tão naturalizada, tão corriqueira assim.

Uma das entrevistadas do livro a certa altura pergunta: “Será que por algum momento, durante o estupro, o estuprador pensa que tá fodendo a vida daquela mulher para sempre?” A própria Adriana, pouco tempo depois de ter sofrido o crime, na tentativa de voltar à vida, diz a um companheiro da redação da “Veja”, revista onde trabalhava na altura: “Esse negócio não pode mudar assim a minha vida inteira. É dar importância demais para um estupro”. Mas

os casos individuais nos mostram que não é isso que acontece. A vida, depois de um estupro nunca mais é a mesma.

Quando, ao lado do marido, Adriana arruma as malas para passar um tempo em Fortaleza, ela se refere a São Paulo como a “cidade onde nasci, e onde também morri um pouco”. Um estupro “estraçalha” não só o corpo, mas também a alma de uma mulher. Ela “morre um pouco”. E com o que resta do corpo e da alma é preciso se reinventar. Sobreviver. Sabendo que aquela dor ficará para sempre ali ao lado, que o esquecimento, por mais que seja desejado, não irá acontecer: “Por mais que o tempo passasse e eu me esforçasse para não pensar naquela noite desgraçada, a lembrança estava ali, o tempo inteiro, nunca deixava de me acompanhar”, revela Adriana.

No entanto, a memória confunde, borra, dilui. Carrega consigo os vazios, os brancos, as ausências. Impossível se lembrar dos detalhes com precisão. “As anotações em uma agenda preta ordinária (...) eternizaram os detalhes que talvez se perdessem nos abismos da memória. Outros foram documentados em trocas de e-mails, registros policiais e hospitalares, matérias na imprensa”, relata Adriana logo no início da narrativa. Embora tenha lhe custado muito, ela acabou decidindo fazer a queixa na delegacia, colaborar com a investigação em busca do criminoso, participar de seu julgamento. Esse material, quase 20 anos depois, lhe serviu para reconstituir os detalhes daquele dia terrível.

Os detalhes da roupa, “a saia preta, acima do joelho, justa”, a camisa de regata com alças largas, o óleo bifásico com cheiro de uva que ela colocou após o banho e lhe causou tanto enjoo. Os pequenos detalhes que ajudam a reconstituir a cena e que, numa sociedade na qual a vítima logo se torna ré, fazem-na também se sentir culpada. A roupa “errada”, o tempo de bobeira no shopping, o ter dormido demais, ter acionado o alarme do carro antes de chegar diante dele... Enfim, detalhes que aprisionam a vítima numa narrativa de culpa por um crime do qual ela não tem culpa alguma. Nada, absolutamente nada, justifica uma violência como a que sofrem as mulheres desse livro.

Adriana é boa em mostrar como, numa sociedade, tudo está relacionado. Um homem que estupra e acha que está apenas dando uma “trepada” e ainda reclama de a vítima não ter se mexido bem e um cantor de calça comprida que dá ordens para suas dançarinas seminuas reboarem na boca de uma garrafa não são a mesma coisa, mas estão inseridos dentro de uma cultura que coisifica a mulher, que faz dela objeto do homem. Um candidato que profere: “Tá com vontade sexual? Tá bom. Estupra, mas não mata” também. Um deputado que grita diante de uma câmera de televisão para outra deputada: “Jamais ia estuprar você, porque você não merece”, e, anos depois, ainda se torna o presidente da República não só está inserido nessa cultura como a legítima.

O livro faz esse percurso, vai mostrando como as mulheres são erotizadas e, depois, são culpabilizadas por isso. Dancinha da garrafa pode. Sair na rua com shortinho é provocar os homens. Se for estuprada, não reclame: você provocou. Não há, nos casos relatados, nenhuma mulher que escape do sentimento de culpa. Nem as meninas de menos de dez anos abusadas pelo pai ou o avô. Nem as mulheres estupradas diariamente pelo próprio marido. Uma delas tão violentamente que o médico do hospital lhe perguntou: “Quantos homens fizeram isso com você?”

Foi Susan Brownmiller quem, na década de 70, contrariou pela primeira vez o pensamento corrente de que as mulheres também eram culpadas pela violência sexual - “afinal,

despertavam os instintos de seus algozes”. Primeiro passo para a sobrevivência. Caso contrário, como voltar à vida se acreditando culpada pela violência que as matou um pouco?

No Recife, houve um caso conhecido publicamente: uma mulher foi estuprada num ônibus, na frente dos demais passageiros, sem que ninguém fizesse nada. Depois do acontecimento, ela “largou o trabalho e rasgou todas as suas fotos, da primeira infância até a época do estupro. Queria apagar a si mesma de todas as maneiras”. Algumas horas depois do estupro, Adriana conta: “lavei os cabelos mais de uma vez, esfreguei a pele com sabonete, deixei a água muito quente. Escovei língua e dentes obsessivamente, até sangrar as gengivas”.

Há um desejo de limpeza, de esquecimento, de apagamento. Um desejo de que o estupro não tivesse acontecido. E, diante do irreversível, um desejo de que o recomeço se possa fazer sem o passado, do zero. Como se a nova Adriana pudesse nascer ali, sem história, um outro corpo, limpo, refeito. Uma Adriana sem medo de “shopping center, estacionamento, assombração, carro, gente, humilhação, escuro, silêncio, competição, barulho, revólver, aglomeração, matagal, faca, depressão, dor, morte, caixão”.

A sobrevivência passa pela reconstrução desse corpo e dessa alma, que nunca terão o passado apagado; que, pelo contrário, terão o passado presente todos os dias. Isso, no caso delas, é sobreviver. Que bom que Adriana sobreviveu. E escreveu esse livro para a gente. Porque a vida de quem o leu tampouco será mais a mesma.

Tatiana Salem Levy, escritora e pesquisadora da Universidade Nova de Lisboa, escreve neste espaço quinzenalmente
E-mail: tatianalevy@gmail.com